



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13/05/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da sétima audiência pública desta Comissão do ano de 2021 que visa a debater o PL 236/2021, do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022 – LDO.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online) pela TV Câmara São Paulo, no canal digital 8.3, e também pelo Youtube, pelo Facebook e pelo Twitter da Câmara Municipal de São Paulo.

Essa audiência pública vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade desde o dia 4/05/2021 e foi publicada nos jornais: *Agora*, no dia 7/05/2021; e *Folha de S.Paulo*, no dia 10/05/2021.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 4/05/2021, no endereço <http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual>.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda, que está acompanhado da Sra. Claudia Bice Romano e dos Srs. Henrique de Castilho Pinto e Fabiano Martins de Oliveira; Conselheiro João Antonio da Silva Filho, Presidente do TCM, que será representado pelo Sr. Marcos Thulyo Torreão Tavares, auditor fiscal; bem como os Vereadores e a sociedade em geral.

Registro a presença dos seguintes Vereadores: Relator da LDO, nobre Vereador Isac Felix, e Elaine do Quilombo Periférico. Iremos anunciando a presença de outros Vereadores no curso da audiência.

Secretário Guilherme Bueno, muito obrigado pela presença. Como de praxe, abriremos a audiência com as palavras do Sr. Secretário. Tem a palavra.

**O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO** – Muito bom dia, Vereador Jair Tatto, Presidente da Comissão de Finanças. Aproveito para cumprimentar todos os Vereadores desta Comissão, em especial o relator desse projeto, Vereador Isac Felix. Cumprimento também a

Vereadora Elaine do Quilombo e os demais participantes desta audiência pública.

Vamos discutir hoje a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, na verdade, é o projeto de lei que cumpre as disposições Constitucionais e da nossa Lei Orgânica.

Como V.Exa. já anunciou, Presidente, estou aqui com o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Dr. Fabiano Martins; também com o Subsecretário do Tesouro Municipal, Dr. Henrique Castilho, e com a nossa Chefe da Assessoria Econômica, Dra. Claudia Romano, que irão nos assessorar nas respostas, dando todo o atendimento para esclarecermos todas as dúvidas.

Eu gostaria apenas, Sr. Presidente, se for possível, passar a palavra ao Dr. Fabiano, que tem uma pequena e rápida apresentação inicial, só para dar uma noção geral do projeto de lei, das principais diretrizes que foram aplicadas para esse projeto. Então, e houver autorização de V.Exa., eu gostaria que ele fizesse uma rápida apresentação.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Com certeza. À vontade.

**O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO** – Obrigado. Fabiano, é com você. Por favor.

**O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA** – Obrigado. Bom dia, Vereador Jair, na pessoa de quem cumprimento os demais Vereadores presentes. Cumprimento todos os que nos assistem e que participam desta audiência pública, dentre os quais o representante do Tribunal de Contas, Thulyo, e os colegas da Secretaria da Fazenda.

Irei compartilhar a minha tela com todos para uma breve apresentação, como disse o Secretário Guilherme; e, na sequência, nos colocamos à disposição de todos para que possamos iniciar os debates, esclarecer as dúvidas e avançar nos trabalhos. (Pausa) Pergunto se minha tela já está compartilhada e se todos estão conseguindo visualizar a apresentação. (Pausa) O.K.

Dando início a essa breve apresentação, os trabalhos da LDO se pautam, basicamente, em duas premissas. Primeira, a transparência na gestão das finanças públicas; ou seja, tudo aquilo trabalhamos em termos de finanças públicas, nós buscamos expressar e

colocar no texto e também nos anexos da LDO. A segunda, principal, a garantia da participação da sociedade no processo de elaboração do Orçamento, pois é uma das grandes funções da LDO nos dar as diretrizes para a formulação do Orçamento da Cidade. A participação popular é algo que nós sempre buscamos, incentivamos e queremos que aconteça, e que essa participação seja cada vez maior.

Em razão da pandemia, é claro que nós buscamos garantir essa participação, mesmo com distanciamento social por meio virtual.

Nossa equipe inclusive já começou os trabalhos junto aos conselhos participativos. Quanto ao projeto de lei, começando a falar um pouco como ele é estruturado, ele é aberto em sete capítulos. O primeiro capítulo, nas disposições preliminares, basicamente trata da composição da LDO. Quanto ao que compõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o próprio texto legal já diz para que nós temos lá os anexos de riscos fiscais, de metas fiscais e prioridades. O capítulo 2 nos orienta em como elaborar a proposta orçamentária. Aí a gente fala também da participação popular. Nós falamos também da conexão da LOA com as demais peças orçamentárias, inclusive a LDO e o PPA, que está em elaboração ainda pelo Governo. E o capítulo 3, de forma um pouco mais técnica, fala de que forma que a LOA deixar ser apresentado e o que se deve compor no orçamento; com a receita e as despesas em suas diversas visões. A legislação tributária vai ser tratada também num capítulo específico. Nele também se mostra a forma da dívida pública e dos órgãos. Enfim, é um capítulo um pouco mais técnico, que trata da forma como nós temos que apresentar o orçamento. O capítulo 4 trata das alterações da legislação tributária. Esse capítulo é muito importante, porque, antes de qualquer coisa, ele nos traz as regras para inclusive outros projetos de lei que tratam sobre incentivos fiscais, por exemplo. Todas as regras que precisam estar nesses outros projetos de lei são tratadas com um pouco mais de minúcia, com um pouco mais de detalhe nesse capítulo da LDO. O capítulo 5 traz para nós as diretrizes sobre a despesa de pessoal, que é um componente importante da despesa pública. A própria LRF trata a despesa de pessoal também num capítulo separado. E aí o grande destaque para esse capítulo, para 2922, é que os

exercícios de 2020 e 2021 tinham diversas restrições das despesas de pessoal que foram impostas por legislação federal, pela lei complementar 173, que pede a sua vigência no final deste ano. Então, as despesas de pessoal voltam a ter as suas características recompostas a partir do orçamento de 2022.

O capítulo 6 trata das orientações à execução orçamentária. Também é um capítulo um pouco mais técnico, que trata de algumas questões relativas à execução, o que pode e o que não pode ser feito durante a execução orçamentária, como, por exemplo, o repasse para entidades sem fins lucrativos, o tratamento com as organizações sociais, contingenciamento de recursos, emendas parlamentares e execução de emendas parlamentares, que também é um competente importante do Orçamento.

Por fim, nós temos o último capítulo, capítulo 7, que trata basicamente das metas fiscais, metas que serão detalhadas nos próximos *slides*, que compõem os anexos do projeto de lei.

Dando sequência, vou falar um pouquinho sobre o anexo de riscos fiscais, o primeiro anexo da LDO. Os riscos fiscais são basicamente situações que potencialmente, se ocorrerem, podem trazer algum tipo de contingência ou algum tipo de, como o próprio nome do anexo diz, risco às finanças do município. Então, a gente divide esse anexo de risco, conceitualmente falando, em dois tipos de cenário. O primeiro é o cenário base, que trata das variações de receita, despesa e dívida pública. São os riscos derivados de variação de receita, de variação de despesa e de variação da dívida pública. E nós temos também os riscos que não estão relacionados a esse cenário base. A gente chama de cenário base porque é basicamente aquilo que compõe o orçamento público: receitas, despesas, e, dentro das despesas, um componente importante, que é a dívida pública.

Quanto ao cenário considerado, entre aspas, não base, os riscos relacionados a esse outro cenário que não compõe a base, a gente trabalha com as demandas judiciais, depósitos judiciais, concessões e PPPs, os riscos derivados desses três componentes.

Sobre o cenário básico, os riscos relacionados ao cenário base, os riscos

relacionados à variação de receita basicamente estão relacionados ao que a gente acompanhou muito fortemente, no ano passado, em razão da pandemia. É um cenário que não estava previsto. A gente mantinha conter a previsibilidade, de que aconteceria uma pandemia, que ainda ocorre e ainda afeta o nosso dia a dia de forma tão trágica. Isso impactou, impacta e ainda vem impactando as nossas receitas. Então, o risco de receita, os riscos de variações de receita pode ser mais do que explicado, exemplificado com a queda na arrecadação derivada da pandemia.

E, da mesma forma, vou exemplificar também usando a pandemia do Covid-19, para tratar dos riscos nas variações de despesas. Nós tivemos despesas incrementais, especialmente na área da Saúde e na área da Assistência Social que não estavam previstas inicialmente. Com a pandemia, nós tivemos que naturalmente aplicar mais recursos na área de Saúde e na área de Assistência Social. São riscos que não estavam previstos. São situações, são riscos que, quando ocorrem, modificam a situação das contas públicas. Como eu disse, são relacionadas ao cenário base. Quanto aos riscos de variação na dívida pública, a gente os entende hoje como sendo riscos bem leves, porque a nossa dívida é contratual. Então, tem uma previsibilidade e uma sazonalidade muito previsível. A gente tem uma previsibilidade muito grande no pagamento da dívida, mas ainda assim nós temos o pequeno componente da dívida, que é derivado da variação cambial, e a variação cambial é um risco para o nosso pagamento da dívida pública. Como eu falei, como a nossa maior dívida é contratual, a gente já tem uma estabilidade econômica, no que diz respeito ao controle de inflação, que nos prevê, com certa clareza, a variação da nossa dívida, mas não deixa de ser um componente de risco dentro do cenário base.

Aquilo que está sendo considerado como cenário não base, ou seja, riscos derivados dos outros cenários que não esse Base, do Orçamento, como eu havia falado antes, são três, basicamente: demandas judiciais, depósitos judiciais e riscos de Concessão e PPPs.

As demandas judiciais são as ações judiciais em que o Município é demandando e que, dependendo do volume financeiro envolvido na ação pode causar um desarranjo nas

contas públicas.

Os depósitos judiciais, também derivados de uma lei federal, a Lei Complementar 151 que, basicamente, diz o seguinte: de todos os depósitos judiciais feitos onde o Município é parte ele pode, previamente, fazer o levantamento de 70% dos valores que forem depositados. Se o Município vencer a ação, ele levanta os outros 30%, se o Município perder a ação ele devolve aquilo que ele levantou previamente. Basicamente é esse o mecanismo dos depósitos judiciais. E o risco aqui é o risco de termos de devolver os 70% dos valores levantados em ações cujos valores sejam bastante elevados que podem, igualmente, trazer certo desarranjo.

É claro que, estatisticamente, nós já trabalhamos com números de depósitos judiciais e que já são tratados no Orçamento. Os riscos, nós entendemos que, embora existam, não sejam tão significativos, mas precisamos, pelo princípio da transparência, mostrar os riscos como um todo.

E os riscos com Concessões e PPPs são riscos derivados de receitas e despesas dentro do contexto das Concessões e das Parcerias Público Privadas. Nós entendemos que, embora, existam esses riscos, eles são bem baixos.

Avançando um pouco mais, vamos ao Anexo II, que é o anexo de metas fiscais, mas, antes de falar dele para o exercício de 2022, trazemos um quadro aqui em que fazemos a proposta de mudança das metas para o exercício de 2021. Claro, quando fizemos a LDO para o exercício de 2021, o ano passado, nós tínhamos uma previsão de cenário que não considerava, de certa forma, que a pandemia se estenderia da forma como está se estendendo.

E a pandemia, como eu disse anteriormente, trata de um risco que traz para o Orçamento Público despesas que não estavam previstas e, com base nisso, fizemos um estudo, na Secretaria da Fazenda, levamos ao Governo e entendemos que é necessário fazer a revisão das metas para o exercício.

Então se olharmos ali, no resultado primário, que é o item III – em algarismos romanos – a meta revista traz o resultado negativo de 2,574 bilhões. O que trazemos aqui é o

seguinte: precisamos utilizar o superávit financeiro para dar conta das despesas. E a utilização do superávit, pela própria natureza desse recurso, ele traz um resultado para baixo. O superávit financeiro é uma receita que entrou em outro exercício, portanto, não conta como receita do exercício, mas a despesa oriunda desse superávit, ou seja, a despesa que vamos custear com o superávit financeiro, essa, sim, é de competência do exercício financeiro em curso.

Sendo assim, se nós temos despesas do exercício com uma receita que não é do mesmo exercício, estou mexendo apenas do lado da despesa primária, ou seja, aumentando a despesa primária sem mexer na receita primária. Essa receita já ingressou, como eu disse, no exercício anterior, então, o resultado, naturalmente cai. Essa é a nossa proposta para o resultado primário, que é uma redução, com a utilização aí de 4 bilhões de superávit financeiro para o exercício.

Da mesma forma, e em consequência disso, o resultado nominal também cai. Por isso estamos trazendo o resultado nominal, nessa nova proposta, para 4.902; na linha de baixo, temos, na coluna Metas Revistas, na linha baixo do resultado primário, quero dizer, o resultado nominal de 4.902.

Seguindo, começamos a falar do Anexo de Metas Fiscais já para o exercício de 2022 e esse slide traz os componentes técnicos que nos levaram aos números. A fonte básica para todas essas informações é o Relatório Focus, do Banco Central, que nós usamos com data base em 26 de fevereiro, que foi quando começamos a trabalhar com os números da LDO.

É claro que esses números podem ser revistos, na verdade, serão revistos, são os números de receitas e despesas, quando montarmos a LOA, o orçamento do ano, porque essas variáveis econômicas que, como o próprio nome diz, são 'variáveis', por isso, nós acabamos sempre trazendo o número mais novo, mais próximo do que é a realidade ao grande objetivo e, mais uma vez falando, da transparência nos números.

O Anexo de Metas, falando agora das receitas, temos uma previsão de 75,7 bilhões



de orçamento para as receitas, em 2022. Os principais componentes, por óbvio, são as receitas de impostos e de transferências.

As receitas de impostos, em 2022, chegam a 40.6 bilhões; as transferências correntes, um pouco mais abaixo, são da ordem 18.4 bilhões de reais.

Sobre as receitas acho importante falarmos também sobre os principais incrementos quando olhamos, por exemplo, o número de 75 bilhões frente ao número do orçamento de 2021, que mostra um incremento significativo e, por isso, devemos explicar que há previsão para este orçamento de 2,5 bilhões de reais nas receitas de capital para operação de crédito para pagamento de precatórios, o que implica também, num incremento da despesa de pessoal que eu devo mostrar no slide seguinte.

Além disso, para 2022, esperamos que a economia já esteja num movimento crescente e isso, claro, traz para nós, principalmente na receita de impostos, uma variação bastante importante dentro do conjunto de receitas do Município. E, juntamente com aquilo que pretendemos arrecadar com o PPI, projeto que está em discussão na Casa, também devemos trazer esse novo componente de receitas para 2022.

Sobre as receitas principais, como eu falei que são essas, a receita de impostos; seriam as receitas de impostos municipais, por óbvio, como IPTU, ISS e o ITBI, e as taxas de contribuição de melhoria são muito residuais dentro do Orçamento.

Dentro das Transferências Correntes, nós elencamos principalmente as transferências do ICMS do Estado, do IPVA e o FUNDEB, que é uma receita importante para custear os gastos da Secretaria de Educação; melhor dizendo, os gastos com a educação no Município.

Nas Receitas de Capital, 7,3 bilhões de reais; como eu disse, 2,5 bilhões de reais dentro de Operações de Crédito apenas para o pagamento de precatórios, além de algumas outras operações de crédito que nós pretendemos avançar para os investimentos no Município. Eu cito o Avanço à Saúde, que é uma importante operação de crédito, além das Operações para a Mobilidade Urbana, como a Operação para a Chucri Zaidan, aprovada em 2019, e o

Corredor Aricanduva, outra operação importante de mobilidade urbana, além, como eu também já falei, da operação que pretendemos fazer de pagamento de precatórios, no valor de 2,5 milhões de reais.

Em Despesas de Capital, localizado na última linha de Receitas, com 2,8 milhões reais, eu cito principalmente as receitas de outorga onerosa e as receitas de Operações Urbanas e algumas transferências do PAC. Esses são os três principais componentes das Receitas Totais do Município.

Seguindo para as Despesas. No mesmo montante, o equilíbrio orçamentário, 75 milhões. Na Despesa de Pessoal, com 27 milhões, é importante que mostremos o comparativo de 2022, 2023 e 2024. A Despesa de Pessoal para 2022 é a maior do que a de 2023, e isso porque a operação de crédito para pagamento de precatórios é basicamente voltada a precatórios que estão relacionados à despesa de pessoal; 2/3 aproximadamente da Operação de Crédito para pagamento de precatórios serão aplicados em despesas cuja classificação é Despesa de Pessoal. Por isso, nós aumentamos o número da despesa de pessoal em 2022, especialmente por conta dos pagamentos de precatórios.

Outro componente bastante importante dentro da Despesa Total são as Despesas Correntes, que chegam a 35 milhões de reais. O destaque das Despesas Correntes, estão também voltados principalmente para as despesas com saúde e para as despesas com transporte público, que tensionam bastante o Orçamento da Cidade. As despesas com saúde, embora nós tenhamos um gasto ampliado por conta da pandemia, para o ano de 2022, esperamos, com a graça de Deus, ter superado esse cenário, e o Município, com os investimentos que fez, tem implementado novos equipamentos de saúde, o que, naturalmente, aumenta o custeio dessa importante área de despesa no Município de São Paulo.

Sobre as Despesas de Capital, destaque para os 5,3 milhões em investimento. Nós vamos recuperando o espaço de investimento em 2022. Mais uma vez, com a graça de Deus, esperamos que esteja terminada a pandemia e, assim, nós deveremos ter um espaço para investimento.

Lá embaixo nós temos as Despesas Intraorçamentárias, um componente que precisa estar destacado assim como as Receitas. As Despesas Intraorçamentárias ficam dentro do Orçamento da Prefeitura, e a principal é o pagamento da obrigação patronal da Prefeitura, que é paga da Prefeitura para o Ipem, que é uma Autarquia Municipal. Essa despesa, portanto, figura dentro do Orçamento da Prefeitura; daí o destaque para as Despesas Intraorçamentárias.

Seguindo, nós vamos falar rapidamente das metas fiscais também para os exercícios de 2022, 2023 e 2024. São muitos números que aparecem na tela de todos, mas eu vou direto para as linhas que nos interessam, que são as linhas de resultado primário e nominal. Um pouco mais abaixo dos números, o resultado primário como item III. Nós apresentamos um resultado primário negativo de 1 bilhão, 338 milhões de reais, ou seja, um déficit primário para o exercício de 2022; para 2023, um resultado primário positivo, de 2 bilhões, 417 milhões de reais, um superávit primário; para 2024, um *superavit* primário de 3 bilhões, 348 milhões de reais. Ainda para 2022, para custear as despesas, nós prevemos a utilização de superávit financeiro no valor 3 bilhões; para 2023, 2 bilhões; para 2024, 1 bilhão de reais.

Nós vamos buscando, portanto, uma maior efetividade na utilização do gasto no próprio exercício, o que diminui a utilização de *superavit* ao longo dos anos. Por isso, nós prevemos o avanço do resultado primário com um déficit primário em 2022, mas atingindo superávits primários a partir de 2023.

E a gente prevê também, por consequência desse resultado nominal primário, também o resultado nominal variando na mesma posição 4.253 bilhões em 2022. Estou vendo sempre a coluna valor corrente. 427 milhões em 2023, ambos negativos. E aí já o resultado positivo em 2024, 469 milhões de reais.

Temos também a posição da dívida consolidada e da dívida consolidada líquida, que vou mostrar melhor no próximo slide por meio de um gráfico para entendermos um pouco melhor esses números. A nossa dívida consolidada, ao longo dos anos, vem caindo.

Naturalmente, ela vem caindo em razão do Município ter conseguido pela renegociação da dívida – a nossa principal dívida é a contratual - fazer o pagamento de juros e também das amortizações e isso tem feito a nossa dívida, lógico, cair ao longo dos anos.

Mas a dívida consolidada líquida não faz o mesmo movimento. Por que não faz o mesmo movimento? Porque a dívida consolidada líquida nada mais é do que a dívida consolidada bruta deduzidas as disponibilidades de caixa. Como vimos nos slides anteriores, há a utilização de *superavit* financeiro para custeio das despesas nos exercícios, ou seja, o caixa tem diminuído. Quando o caixa diminui, essas deduções também diminuem. É o que mostra a linha debaixo. Vemos que as deduções da dívida consolidada vão reduzindo de 18 bi, em 2020; para 12 bilhões, em 2021; nove bilhões, em 22; 7,5 bilhões, em 23; 5,9 bilhões, em 24. Essa redução das deduções faz com que a dívida consolidada líquida também não caia na mesma proporção do que a dívida consolidada.

Então, temos um movimento crescente da dívida consolidada líquida até 2022 e, a partir de 2022, a dívida consolidada líquida também entra em um movimento descendente junto com a dívida consolidada, vamos chamar assim, bruta.

Este slide mostra os números que estavam no gráfico, mas acredito que o gráfico deva mostrar um pouco melhor a evolução desses números ao longo do tempo. Mas a evolução dos números em colunas em uma tabela é a mesma coisa que mostrei agora no gráfico.

Por fim, temos na LDO também o destaque das renúncias de receita. Colocamos um slide com as principais renúncias. São meia dúzia de grupos de renúncias, destacando que o total de renúncias previsto na legislação municipal hoje é de aproximadamente 15.6 bilhões de reais. A principal delas é o potencial arrecadatório no ISS em função das alíquotas não serem de 5%. Sabemos que a alíquota máxima de ISS é 5%, que pode ser tributado. A mínima é 2%, ou seja, a tributação varia entre 2 e 5%.

Essa situação hipotética de tributar tudo em 5% comparado com tudo aquilo que é tributado em menos de 5% nos daria uma renúncia fiscal de sete bilhões de reais. Em outras

palavras, se colocarmos tudo a 5% teríamos 7,4 bilhões a mais de arrecadação do Município.

Da mesma forma, as outras renúncias. É apenas um destaque aqui em razão do que existe hoje na legislação municipal.

Antes de encerrar a apresentação, queria falar rapidamente do anexo de prioridades e metas, que é o anexo três da LDO, que veio junto com o projeto de lei e que ainda necessita, para maior clareza e especificação, que o PPA e o Programa de Metas que estão em discussão com a sociedade tornem o seu delineamento definitivo. O Governo já sinalizou com as prioridades no sentido de mostrar quais são as áreas de atuação, mas ainda temos a definição de diversos investimentos que precisam ser tratados e ainda definidos no Programa de Metas e no PPA. Esse processo está em curso e em breve deve se concluir e, aí sim, vamos ter maiores e melhores definições de investimentos para o exercício de 2022. O Plano de Metas e o PPA vão trazer esse planejamento de mais longo prazo. O Plano de Metas fará toda a gestão e o PPA ainda para o exercício seguinte para o próximo mandato.

Encerro, então, a apresentação. Peço desculpas por me alongar um pouco mais. Como o Guilherme falou, colocamo-nos à disposição para o debate e continuação dos trabalhos.

**O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO** – Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade de fazermos esta apresentação inicial. Estamos com a equipe inteira. Este é um trabalho multisetorial na Fazenda e este ano é muito especial do ponto de vista de planejamento porque além das duas legislações anuais, a LDO e a LOA, ainda temos o Plano de Metas que está em fase final e teremos o PPA no segundo semestre. Já estamos trabalhando nele para apresentar à Câmara Municipal no segundo semestre.

Então, volto a agradecer a oportunidade. Também faço aqui uma correção de esqueci de cumprimentar o colega o Thulyo Tavares, do Tribunal de Contas, um grande abraço. Também aproveito para cumprimentar os demais Vereadores que foram ingressando ao longo da apresentação.

A equipe toda está à disposição, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Secretário.

Anuncio a presença do Vereador Marcelo Messias, que é da Comissão de Orçamento e Finanças; Vereadora Janaína Lima, que também pertence a Comissão de Orçamento e Finanças. Anunciei já a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, que é da Comissão; Isaac Félix, nobre relator; Vereador, Líder do Governo, Fabio Riva; Vereador Suplicy, líder da Bancada do PT. Também representando o Vereador Dr. Sidney Cruz, que justificou ausência, a Sra. Ivete Serigatto.

Seguindo, então, representando o Tribunal de Contas do Município, Thulyo Tavares.

**O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES** – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos. Cumprimento os Vereadores aqui presentes; o Secretário da Fazenda e sua equipe, e todos os munícipes que nos acompanham nesta audiência pública, primeira audiência do projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias. Sobre este projeto, os trabalhos do Tribunal de Contas estão em andamento. Nós pretendemos finalizar esse relatório de auditoria na última semana do mês de maio. Então, daqui a duas semanas, aproximadamente, para que esse relatório possa, então, subsidiar a segunda audiência pública referente ao projeto e auxiliar a Câmara e a Comissão e a sociedade na discussão deste projeto.

Como nós fazemos todo ano, nós enviaremos, então, por *e-mail*, assim que tivermos o relatório finalizado para a Comissão de Finanças e Orçamento e, além de formalmente, por ofício, mas gostamos de mandar por *e-mail* também para agilizar esse processo. E esse *time* é importante para conferir uma maior efetividade na atuação do Tribunal de Contas. Quer dizer, atuar antes do projeto de lei virar lei, na medida em que o Tribunal avalia os aspectos legais, contábeis e fiscais do projeto e propõe também oportunidade de melhoria, a redação do projeto.

Então, nesse sentido, neste momento eu gostaria de aproveitar a audiência para fazer três perguntas. Aí, pode ser o Secretário, o Fabiano ou qualquer outro membro da

equipe. São perguntas que surgiram ao longo dos trabalhos que vemos fazendo.

Então, a primeira pergunta é em relação às audiências públicas. O Decreto 59.574, de 2020, atribuiu à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, a Supom, a organização do processo de consulta, acompanhamento e monitoramento das discussões sobre a proposta orçamentária anual. E, em 2020, essa atribuição era das Subprefeituras em conjunto com os Conselhos Participativos Municipais. Então, surgiu essa dúvida de qual teria sido o motivo dessa alteração de competência, digamos assim, e se isso não poderia diminuir eventualmente a participação popular ou a transparência.

A segunda questão diz respeito às metas de resultado primário e nominal de 2021. Como o Fabiano mencionou, essas metas foram revistas no projeto de LDO de 2022, com a justificativa de novas despesas para o enfrentamento da Covid serem suportadas pelo superávit financeiro do exercício anterior de 2020. Então, a despesa primária já fixada para 2021, em 59,5 bi, passa, então, com a revisão da meta, no projeto de lei, para 65,8 bi. Ou seja, um aumento de 6,3 bilhões na despesa primária para 2021. Como que a Prefeitura, então, pretende usar esse valor adicional? Ou seja, quais são as despesas relacionadas a esse aumento.

E a terceira e última dúvida. Está previsto o recebimento de 3,5 bi referentes à receita de operação de crédito para 2022. Então, como está esse processo de viabilização dessas principais operações de crédito, que é um montante alto – 3,5 bilhões – e, em especial, o financiamento do precatório mencionado no projeto, no valor de 2,5 bi, que já foi objeto, também, de discussão em outras audiências e em outros momentos.

Então, essas são as três dúvidas iniciais do Tribunal. Então, com isso, eu devolvo a palavra ao Presidente para o prosseguimento da audiência. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Thulyo.

Consulto o nobre relator, Vereador Isac Felix, e os nobres Vereadores... Nós temos...

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Eu gostaria de me inscrever. A hora

que puder, Sr. Presidente.

**O SR. FABIO RIVA** – Presidente Jair Tatto...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vereadores Fabio Riva, Líder do Governo, e Eduardo Matarazzo Suplicy, eu estou propondo o seguinte, temos onze inscrições antecipadas. Proponho ouvir...

**O SR. FABIO RIVA** - ... eu falo por último, Presidente, até para que...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Então, eu vou pedir ao Mário para que coloque.. óbvio que o relator Vereador Isac Felix tem prioridade, mas eu consulto aos Pares de chamar as onze inscrições feitas antecipadamente e, aí, uma rodada com os Vereadores, com o relator – se o relator assim concordar -, e, depois, seguiremos com as inscrições feitas, que se encerram neste momento. Ok? Nobre Vereador Isac Felix, pode ser assim?

**O SR. ISAC FELIX** – Pode ser assim, Presidente Jair Tatto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Então, vamos para a chamada dos que se inscreveram antecipadamente. Christian Silva Martins de Mello Sznick. (Pausa) Vou para o próximo e, se o Christian aparecer, o chamarei novamente, Rogério Almeida. (Pausa) Hector da Silva Batista. (Pausa) Ergon Cugler de Moraes Silva.

**O SR. ERGON CUGLER DE MORAES SILVA** – Bom dia, Presidente, tudo bem? Consegue me ouvir bem?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Consigo. Tem a palavra, Ergon.

**O SR. ERGON CUGLER DE MORAES SILVA** – Bom dia a todos. É uma honra estar aqui, neste espaço, dialogando com os nobres Vereadores, com os representantes do Executivo. Aproveito para saudar todos os Vereadores na pessoa do Presidente da Comissão, Vereador Tatto.

O meu nome é Ergon. Eu sou pesquisador da Universidade de São Paulo, associado ao Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas e eu também sou Conselheiro na Comissão Municipal da Agenda 2030.

E a minha contribuição, hoje, é basicamente para reforçar o que já foi dito aqui, no



sentido do Executivo, da importância dos demais planejamentos orçamentários que nós temos, neste ano.

Temos também, além do óbvio, LDO e também a LOA, temos o PPA este ano e o Programa de Metas. Mas além disso a nossa Comissão Municipal elaborou um documento de aproximadamente 490 páginas, um documento que traz todo o plano 2030, que deve ser decretado em breve pelo Executivo Municipal.

E nesse sentido, em primeiro lugar reforçar essa importância de conseguirmos vincular, associar e articular, acima de tudo, esses conjuntos de peças orçamentárias e de planejamento municipal, não esquecendo desses produtos que também são elaborados e gerados pelas comissões municipais, como o próprio Plano 2030 elaborado pela nossa Comissão. Inclusive, destacar que tiveram mais de 8.600 colaborações da sociedade civil na construção do nosso Plano, que durou o segundo semestre do ano passado inteiro, tudo via Participe Mais, além de uma série de rodadas de 100 reuniões que realizamos com especialistas, com temáticas e tudo mais.

Então, em primeiro lugar, reforçar essa importância de conseguirmos vincular o planejamento entre as peças de organização do orçamento municipal e também uma proposição, algo no sentido de conseguirmos encaminhar. Acho muito importante, nobres Vereadores, especialmente, no Executivo já estamos em diálogo, mas especialmente o Legislativo, é importante termos um espaço para conseguirmos dialogar com as comissões municipais.

Nós, da Comissão da Agenda 2030 da ONU, já temos esse planejamento formulado. É um planejamento visionário com perspectiva de 10 anos no futuro, então seria muito importante se tivéssemos um espaço para nos sentar e apresentar esse Plano para a Câmara Municipal de São Paulo. E mais do que isso, que conseguíssemos a partir desse espaço da discussão da LDO, LOA, PPA e Programa de Metas, trazermos essa participação das comissões de forma mais permanente em relação à Câmara Municipal de São Paulo.

Então é algo propositivo no sentido de termos um fórum, um espaço de diálogo

constante que pode nascer desse espaço de articularmos especialmente esse planejamento da Agenda 2030, mas conseguirmos dar continuidade, ampliar para além da Comissão Municipal da Agenda 2030, e chamar também outras comissões. Muitas comissões estão este ano em momento de planejamento de plano municipal, de construção de metas, de construção da própria agenda da comissão.

Então quero deixar à disposição a nossa Comissão, e deixar à disposição para pensarmos o planejamento orçamentário municipal articulado entre todos esses objetos, porque senão não faz sentido planejarmos tanto, escrevermos tanto, articularmos tanto, envolvermos tanto a sociedade civil e não conseguirmos articular tudo para que se efetivem políticas públicas.

Muito obrigado, Presidente da Comissão. Obrigado, Vereadores. Ficamos aqui à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Esqueci de dizer que o tempo é de três minutos, mas se passou foi pouca coisa.

Vejo a Tayná Wine, representando a UEE, mas ainda não é inscrição. Vou dar sequência, agora, Guilherme Henrique de Andrade Leme. (Pausa) Chamarei novamente depois. Sexto inscrito, João Moreirão. (Pausa). Antonio de Souza Ormundo. (Pausa) Ewerton Barros Xavier da Silva. (Pausa) Joel Tadeu Aroni. (Pausa) Wellyene Gomes Bravo. (Pausa) Tayná Wine, está presente, tem a palavra.

**A SRA. TAYNÁ WINE** – Bom dia a todas, a todos, como apresentado meu nome é Tayná Wine, represento a União Estadual dos Estudantes de São Paulo, entidade que representa os universitários do nosso Estado. Quero trazer uma fala reforçando uma proposta que nós, estudantes, inscrevemos no PPA e é importante debater nesta reunião, para que se consiga garantir a efetivação dessa política importante para os estudantes, o projeto Bom Prato Estudantil e do Prouni Municipal.

O Bom Prato Estudantil visa assegurar uma alimentação acessível e saudável para os estudantes universitários das universidades privadas, tendo em vista que essa crise que

estamos passando provavelmente vai se prolongar. Muitos estudantes tiveram que se evadir das universidades, interromperam os seus sonhos de se formar, de melhorar a vida da sua família através da Educação. E essa é uma política importante para que se consiga garantir a permanência dos estudantes.

E o Prouni Municipal é uma política para que se consiga garantir o acesso à universidade dos estudantes de baixa renda, os estudantes com vulnerabilidade social. Entendendo também que essa crise aumentou o nível de evasão no Ensino Superior, mas isso afeta principalmente os estudantes da periferia da Cidade, os estudantes que se encontram hoje desempregados.

Então quero reforçar aqui essas propostas e pedir para que sejam consideradas nas leis de diretrizes orçamentárias, porque já é uma proposta que apresentamos no Plano Plurianual.

---

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Tayná.

Vou repassar. Christian Silva Martins de Mello Sznick, foi chamado. (Pausa)

Christian Silva Martins de Mello Sznick. (Pausa) Rogério Almeida. (Pausa) O Ergon falou. Guilherme Henrique de Andrade Leme. (Pausa) João Moreirão. (Pausa) Antonio de Souza Ormundo. (Pausa) Ewerton Barros Xavier da Silva. (Pausa) Joel Tadeu Aroni. (Pausa) Wellyene Gomes Bravo. (Pausa).

Pergunto: Há algum inscrito que se inscreveu durante a fala do Secretário e do Thulyo?

Tem a palavra o Sr. Hector.

**O SR. HECTOR DA SILVA BATISTA** – Bom dia. Sou Presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas e é um prazer estar discutindo a lei orçamentária anual da cidade de São Paulo.

Inicio falando sobre permanência estudantil, principalmente sobre a questão do sonho do estudante de conseguir ingressar na universidade, sobretudo porque quando nós,

estudantes secundaristas, conseguimos ingressar na faculdade, temos dificuldade de nos manter, por conta do custo alto de tudo, como: alimentação, transporte, etc.

Pensando em projetos de permanência infantil, incluímos no nosso plano plurianual uma proposta de Bom Prato Estudantil nas regiões próximas a universidades, para que os estudantes consigam se alimentar sem custos exorbitantes e com uma alimentação de qualidade, conseguindo assim se manter nas universidades. Por isso a importância de se garantir essa política de permanência estudantil.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Sr. Hector.

Eu havia feito a segunda chamada ao Sr. Joel Tadeu Aroni, e faltou chamar pela segunda vez o Sr. Wellyene Gomes Bravo.

Não havendo mais inscritos, passo a palavra ao nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Bom dia, Sr. Presidente, Secretário Guilherme Bueno de Camargo, Srs. Henrique de Castilho Pinto, Fabiano Martins de Oliveira e Thulyo Torreão Tavares.

No dia 26 de abril, o Supremo Tribunal Federal aceitou o mandato de injunção feito pela Defensoria Pública do Rio Grande do Sul em nome de um morador em situação de rua para que ele venha a ter a Renda Básica de Cidadania, conforme a Lei 10.835/ 2004, aprovada por todos os partidos do Congresso Nacional e sancionada há 17 anos pelo Presidente Lula.

Inúmeros municípios estão dando passos iniciais em direção à aplicação da Renda Básica de Cidadania, dentre os quais o município de Maricá, onde ¼ da população, 42.500 pessoas, já passaram a receber os 1.300 reais por mês, começando gradualmente. Até 2024, toda a população residente de Maricá há três anos ou mais passará a receber o benefício.

Quero agradecer a atenção do Governo Bruno Covas quando nós, do PT, com o apoio do PSOL, assinamos a Renda Básica Emergencial no ano passado; neste ano, mais uma vez, o valor de cem reais por mês por pessoa, para complementar o auxílio emergencial

do Governo.

E pergunto aos senhores se, de alguma maneira, estão considerando a hipótese de fazer de São Paulo um pioneiro, ainda que por etapas, da instituição da Renda Básica Universal, que hoje está sendo defendida, apoiada, por um número crescente de laureados com o Prêmio Nobel da Economia, da Paz, como: Joseph Stiglitz, Amartya Sen, Muhammad Yunus, Desmond Tutu.

Dentre outras personalidades mundiais de grande importância, quem passou a defender a Renda Básica Universal é nada mais, nada menos, do que o Papa Francisco no seu livro *Vamos Sonhar Juntos*, onde ele enaltece, na página 143, que “Cada vez mais é necessário estudar políticas como essas, que poderão ajudar as pessoas a combinar o tempo dedicado a trabalho remunerado com o tempo para a comunidade”.

Presidente Jair Totto e todos. Infelizmente, terei de sair para a Comissão de Direitos Humanos, que se iniciará nesse instante.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Totto)** – Obrigado, Líder Suplicy.

Nós temos a Wellyene Gomes Bravo. Ela conseguiu entrar na sala. Vamos revezando então entre os munícipes e os Srs. Vereadores.

Deixem-me só avisar antes que o Vereador Isac Felix precisou sair para um compromisso, deixou como representante a sua assessora Juliana Cunha.

E registro a presença aqui na sala do nosso nobre Vereador, membro da Comissão, Fernando Holiday.

**A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO** – Bom dia, Srs. Vereadores.

Eu peço desculpas, primeiro, porque eu só consegui entrar na reunião. Eu vou procurar acompanhar as outras audiências da LDO.

E o motivo do meu pedido para participar desta reunião é porque eu sei que tem vereadores de diversas bancadas, de diversos partidos, e eu gostaria muito que vocês se sensibilizassem em relação à questão da habitação que temos no Município de São Paulo. Eu

sou conselheira participativa municipal do Campo Limpo. Essa região é uma região onde tem muita, muita, muita habitação considerada comunidade, favela, entre aspas. Entre aspas, não, né, porque é favela mesmo. São comunidades que vivem à beira dos córregos e com uma péssima qualidade de vida, com muitas crianças.

Eu acho que se todos os Srs. Vereadores, independentemente do partido em que vocês atuam, não tiverem esse olhar para tentarmos solucionar na cidade de São Paulo esse problema de habitação, que é o básico para uma vida com qualidade, para uma forma digna de se viver, a tendência é somente aumentar as questões de violência, de saúde, de tudo que é ruim para a cidade de São Paulo no futuro, no médio e longo prazo. E isso atinge crianças, atinge mulheres, é uma situação muito degradante. Essas pessoas não estão vivendo nessas condições por opção.

Sabemos que o Plano Diretor estabeleceu aquela cota de solidariedade. Temos visto a cidade crescer. E essa cota de solidariedade seria uma parcela de contribuição da iniciativa privada, sendo encaminhada para fundos, como o Fundurb. E o Fundurb não está fazendo o papel dele, gente, que é construir essas habitações para essas pessoas.

Aqui, na Vila Andrade, temos a Comunidade Canto do Rio Verde. Todo mundo sabe que a região do Morumbi está crescendo bastante, as construtoras entraram aqui para consertar a habitação; mas esquecem dessas pessoas de baixa e média renda, e as comunidades acabam aumentando. Então essa é a razão para eu estar participando dessa reunião.

Eu quero que vocês tentem colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias uma forte atuação em relação à construção de habitação, pela elaboração do Plano Municipal de Habitação. Que possamos nem que seja resolver essa questão de médio e longo prazo. E que no orçamento de 2022 as comunidades sejam priorizadas – as moradias em R3 e R4, em que algumas comunidades já têm o levantamento já feito pela Prefeitura – a partir do ano que vem, e, se possível, ainda dentro deste ano.

Era isso que eu gostaria de falar. Muito obrigada.

Independentemente do partido de vocês, eu quero que vocês pensem nos munícipes, independentemente de qualquer coisa.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o Líder do Governo, Vereador Fabio Riva. S.Exa. pediu a palavra. Os outros Srs. Vereadores, todos, estão inscritos automaticamente e podem se pronunciar. Algum nobre Vereador, Vereadora, quer se manifestar? Vereadoras Elainea, Janaína, Vereador Marcelo...

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – Sr. Presidente, eu quero me manifestar, sim, mas mais para o final. Pode ser?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vereadora Elaine.

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO** – Sim. Bom dia. Eu vou falar muito rapidamente.

Eu quero dar bom dia a todes, todas e todos.

Falar que é um prazer ouvir a população.

Eu acho que a LDO é extremamente importante para nós. Estamos falando de diretrizes do orçamento. E obviamente que para nós, do mandato do quilombo periférico, pensar a questão das periferias, pensar como é importante ter esse recurso mais descentralizado.

Eu queria fazer uma saudação especial aos estudantes que apresentaram propostas objetivas aqui na Casa. E eu fiquei pensando, porque eu estudei numa universidade em Itaquera, que fica no extremo Leste de São Paulo. E eu comia num bandejão que tinha em Itaquera. Num bandejão, não, num Bom Prato que tinha em Itaquera, antes de ir para o meu estágio. Eu tinha bolsa. Estudava de manhã, comia no Bom Prato e depois ia para a faculdade. Então eu entendo perfeitamente quando vocês falam de permanência estudantil e o quanto é importante. E aí falar da importância mesmo de fazermos essas audiências públicas, ouvir a população. Estamos tratando de números, mas é extremamente importante sabermos que esses números não são gelados, eles estão falando da vida das pessoas e do que podemos fazer por elas como parlamentar.

Então eu fico extremamente feliz. Eu acho que a audiência pública é um momento em que temos a oportunidade de ouvir mesmo. E fico muito feliz de ouvir especialmente os estudantes, a população do município. E nós vamos continuar trabalhando e trazendo as nossas contribuições, pensando na Lei de Diretrizes Orçamentárias e também nas outras leis referentes ao orçamento.

Obrigada, Vereador Jair. Era isso. Estou aqui atenta.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – A Vereadora Elaine é a presidente da Subcomissão de Cultura, que foi constituída através da nossa Comissão de Orçamento e Finanças.

Vereador Fernando Holiday, quer usar a palavra? (Pausa) Vereador Marcelo Messias...

**O SR. FERNANDO HOLIDAY** – Não, Sr. Presidente, não desejo falar nada neste momento. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O Vereador Marcelo também não se manifestou.

Eu tenho duas ponderações a fazer. Então, na ordem, tem a palavra a Vereadora Janaína.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** - Obrigada, Presidente, pela fala. Quero cumprimentar o Secretário da Fazenda pela apresentação e cumprimentar, inicialmente, V.Exa., pela condução nesta audiência pública, de uma forma dinâmica e participativa, dando voz a todos. Tem sido uma excelente experiência participar da Comissão de Finanças, então, que o meu agradecimento chegue em todos os meus Colegas da Comissão que têm feito um importante trabalho para a nossa Cidade.

Hoje, nesta audiência pública, ouvimos os cidadãos – foi muito importante também e quero saudar todos os estudantes, quem veio de periferia sabe da importância de ouvir a fala deles, de trazer esse olhar e quero, também, saudar o Ergon, o Henrique, o Thulyo que fez uma fala muito importante. Gostei muito de quando ele trouxe, porque é esse o olhar, viu,



Thulyo, que buscamos construir com o Tribunal de Contas. E temos muita expectativa, Presidente, com a ida do nosso sempre Presidente Eduardo Tuma, para trazer essa sensibilidade de realmente sermos parceiros do Tribunal de Contas. Muitas vezes, vemos o Tribunal de Contas paralisar a Cidade em questões de suma importância e isso, muitas vezes, faz com que a Casa gere questionamentos que não seriam necessários, se sempre esse comportamento, Thulyo, que você teve hoje prevalecer dentro do Tribunal. Então, quero cumprimentá-lo pela sua fala, pois, realmente, é importante fazermos os ajustes da lei antes de ela nascer. Neste momento, em que esse Projeto está tramitando para terminar numa lei que verdadeiramente atenda aos interesses da Cidade.

Quero começar cumprimentando o Secretário Guilherme porque, realmente, ele trouxe um dinamismo para a Secretaria da Fazenda, tem uma abertura muito clara de diálogo com a Casa. Isso é muito importante para nós da Câmara Municipal.

Fazendo uma análise de tudo o que ouvimos do Fabiano e até o que está na LDO, se olharmos um pouco mais a evolução dos últimos cinco anos da cidade de São Paulo, o quanto a nossa arrecadação evoluiu. Se olharmos para 2015, em que a cidade estava com 40 bilhões e, hoje, estamos falando de uma LDO com uma estimativa de 75,8 bilhões, então, vemos o quanto o orçamento da Cidade vem prosperando; da LOA de 2021 para a LDO 2022, estamos falando de um acréscimo de 11,5% na arrecadação para sermos mais precisos.

Quando analisamos as receitas, obviamente, decompondo esse orçamento público, quando olhamos a parte tributária, a arrecadação, vemos em 2020 uma arrecadação de 35 milhões 352 mil só em impostos, taxas e contribuição de melhorias; em 2022, percebemos um aumento da LOA de 2021 que já passou para 36 milhões e, agora, em 2022, vemos um acréscimo de 40 bilhões 617 milhões.

Então, com essa variação, vamos imaginar de um pouco mais de 10% de um ano para o outro, eu queria que o Secretário ou o próprio Fabiano dissesse em que está sendo baseada essa estimativa que é um valor considerável e uma coisa muito boa para a Cidade, significa que vamos ter mais recursos para investirmos em áreas prioritárias.

Uma coisa também me chamou a atenção é quando olhei as operações de crédito. Eu percebi que a questão dos precatórios veio apresentada na LOA. É questionamento: tendo em vista que isso foi aprovado recentemente na Casa, tendo essa autorização legislativa, eu queria entender por que veio constando da LOA, na LDO – eu acho que é uma oportunidade, também, para entendermos qual será esse processo, quais são as linhas de crédito, como será essa operação de crédito. É muito importante a Casa ter mais elementos, porque, até agora, não conseguimos ter todos os elementos. Acho que também é uma oportunidade de discutirmos de que forma podemos fazer o acompanhamento do arrefecimento da dívida de precatórios.

Então, se fizermos uma comparação entre o orçamento de 2021 e a previsão para 2022, percebemos um crescimento na arrecadação, puxando muito pelas receitas de capital. Percebemos que, nas operações de crédito, que é o que chama bastante a atenção o crescimento de mais de 200%, obviamente, isso se deve ao empréstimo em que está sendo prevista a operação de crédito de precatório.

Esse triênio de 2021-2024, o que conseguimos ver pelas planilhas apresentadas que está sendo planejada uma operação de crédito de mais de 4 bilhões, que é, exclusivamente, sobre o pagamento de precatórios. Também gostaria de entender o que, de fato, isso vai trazer de benefício para a Cidade. Como foi um ponto muito indagado na Casa, acho importante dirimir qualquer dúvida.

Já falei do crescimento dos impostos...

A gente observa que tem a questão que se colocou, também, no Projeto de Lei que a gente acabou de votar. Teve até uma mudança, tanto no processo administrativo quanto na estrutura organizacional da Secretaria, permitindo, inclusive, não somente contadores, mas também outras profissões para ocupar os cargos que, até então, seriam de competência exclusiva de contabilistas.

Acho que aqui percebemos que a questão dos encargos com pessoal, encargos é coisa que tem tido pouca variação. No entanto, percebe-se aqui uma variação de cerca de

10%. A minha pergunta é se isso se refere a uma previsão de concurso ou nomeações de concursos já feitos.

Na questão das Despesas Correntes, quando olhamos para o empenhado em 2020 e na LOA de 2021, e também o que está escrito na LDO, vemos aumento no valor dos contratos, um aumento significativo, de quase 17%, o que é previsível tendo em vista estarmos em plena pandemia, com grandes contratações. Mas seria importante o Secretário elucidar do que se trata, é Saúde, Transporte, Educação, limpeza urbana? O porquê desse crescimento nas despesas correntes, eu acho que é importante.

Quando olhamos para o planejamento em Investimentos, que é uma coisa muito boa que nós analisamos nessa LDO, os investimentos envolverão mais de cinco bilhões de reais. Isso representa quase 5% de crescimento nominal em relação ao previsto no Orçamento de 2021; e um crescimento de 17% sobre o valor empenhado em 2020. Quando se observa o triênio 2022 a 2024, são 15 bilhões, quase 16 bilhões a título de investimento na Cidade. Essa é uma coisa muito boa porque se compararmos com o triênio anterior, estamos falando de um investimento na Cidade de 10 bilhões. Falamos então de 50% a mais de capacidade...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Vereadora, conclua, por favor.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – Ah, eu tenho que concluir, Presidente? Eu fiz uma análise...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vamos lá, vamos lá, vamos lá, acelera! (Risos)

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – Acho que para a Comissão e para a sociedade é importante entender o que é a LOA. Acho que é o momento adequado.

Então, começamos a perceber, como havia comentado com vocês, que na LDO há previsão para amortização das dívidas. Então, três bilhões representariam uma queda de 9% em relação ao ano corrente. Percebe-se também que esse é um ponto importante.

O Presidente cortou o meu raciocínio...

Então, aqui, eu percebi que nas metas do resultado primário, do ano de 2021 a 2024, a Economia está destinada ao pagamento de encargos e amortização da dívida pública.

Então, quanto maior esse valor, melhor será a situação fiscal. Vemos então, nesse sentido, uma preocupação da Secretaria da Fazenda, o que é um ponto muito positivo para a Casa. Mas, mesmo assim, continuamos com resultado primário deficitário de 1,3 bilhão. Inclusive, ano passado... Estou tentando achar um gráfico... Ele tinha uma previsão, se não me engano, de 2,5 bilhões de resultado primário deficitário, e tivemos um resultado favorável, positivo, também muito por conta da suspensão do pagamento da dívida, do grande investimento, do valor que nós recebemos da União. Teve algumas coisas possibilitando, mas percebe-se que para 2022 o resultado será deficitário.

Uma coisa me chamou a atenção, quando nós analisamos o resultado primário de 2021, percebe-se que a LDO de 2022 busca alterar a meta primária do ano de 2021. Então, está superavitária em 1,9 bilhão, e para deficitária em 2,6 bilhões. Pelo que entendi do que disse o Fabiano, vem daí a necessidade de rever a meta em razão da persistência do cenário que a pandemia nos apresentou, obviamente, devido às despesas que representou. É importante entender o quanto disso é Restos a Pagar, o quanto são Despesas Correntes. Acho que é interessante a Câmara ter essa informação. Nessa inscrição estão 5,3 bilhões, e é um valor bem superior ao que anteriormente era esperado quando observamos o processado, o que possuiu a peche da Prefeitura, e o não processado. Então, é importante entendermos o que são esses gastos, uma explicação sobre a inscrição desse valor de 5 bilhões em 2020, em quais Secretarias, o objeto do gasto, quais são os maiores grupos dentro desse valor. Acho que é importante falarmos disso.

Vou pular uma parte, eu tinha feito algumas explicações, queria melhor analisar, mas eu já vou direto para os Riscos Fiscais. Riscos Fiscais são os fatores de risco que não estão sob o controle da municipalidade, mas que pode, sim, afetar as metas fiscais estabelecidas. Então, o que significa? O que eu entendi? Até porque não sou nenhuma especialista, mas eu me dedico ao tema porque sei da importância para a Cidade. Percebe-se aqui as incertezas quanto ao futuro do cenário Econômico da Cidade. Quando você começa a fazer essa leitura, a gente vê que foi muito bem apresentado, a gente consegue enxergar que

os parâmetros utilizados...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vereadora, conclui, por favor, porque nós temos mais inscritos.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – ...que me chamou muito a atenção...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – A senhora conclua, Vereadora, por favor.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – O Plano de Metas – para concluir – a gente percebe que 12 metas que foram apresentadas no Plano de Metas não estão listadas, não apresenta destinação orçamentária na LDO. Então eu não vou elencá-las aqui porque o Presidente está apressando, mas vou passar depois essas dez metas que não constam, não têm rubrica orçamentária e estão dentro dos objetivos estratégicos, dentro do Plano de Metas.

Entre elas vou citar somente algumas, como reduzir a pobreza, garantir a proteção integral de crianças de zero a seis anos de idade, assegurar o acesso aos serviços de saúde, proteção social, garantir e assegurar a convivência familiar, democratizar o acesso de políticas públicas como esporte e lazer, segurança urbana, melhorar a segurança alimentar e nutricional.

Então, assim, obviamente a gente sabe, no entanto, é importante destacar que são 75 metas que o Município estabeleceu e que têm previsão orçamentária. E é importante a gente fazer essa discussão porque, porque, por exemplo, uma das metas é reduzir a pobreza, que é um dos grandes desafios nessa pandemia e que a gente está aqui nesta audiência pública para buscar um diálogo e ver com a Prefeitura de que forma a Câmara Municipal pode ajudar.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigada pela atenção de todos. Agradeço a oportunidade de fala.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Vereadora Janaína.

Quero comunicar que nós teremos também, obrigatoriamente, uma segunda audiência pública sobre a matéria.

Eu, rapidamente, secretários que acompanham: na LDO há previsão da utilização de apenas 91,9% da receita corrente com despesas correntes em 2024. Esta restrição severa não afetará demasiadamente as áreas sociais que não possuem recursos vinculados como cultura, assistência social e direitos humanos?

Outra questão: a economia com a receita corrente seria destinada apenas para investimentos e amortização de dívida. Como a amortização de dívida está equacionada, os recursos tenderiam a ser alocados para investimentos. Por isso pergunto: qual o plano de investimentos da Prefeitura?

E a última questão: a LDO não indicou nem mesmo os investimentos para 2022 dos 5,3 bilhões previstos para 2022. Temos, no anexo de metas e prioridades, um montante de apenas 3,1 bilhões previstos. A Prefeitura ainda não definiu o plano de investimentos para a totalidade dos recursos disponíveis?

Então seriam essas três observações. Agora eu vou passar para a conclusão dos senhores que representam o Governo, o poder público.

Mas eu diria, Secretário, que na minha experiência já no sexto ano na Comissão de Finanças, a gente meio que mistura o que é uma LDO e o que é LOA, Lei de Orçamento Anual. Então o próprio Governo costuma mandar o calhamaço inteiro, mas o momento é de discutir basicamente as diretrizes do Orçamento.

Eu vou dar um exemplo. O Orçamento Impositivo, que certamente eu vou pedir novamente, que é uma luta de muitos anos não apenas neste Governo, no Governo do Haddad também nós pedíamos o Orçamento Impositivo condicionados no mínimo 50% para a Saúde. Como já está funcionando em Brasília, como funciona creio que em todas as assembleias. Em São Paulo, na Assembleia Legislativa já existe o Orçamento Impositivo, condicionada a metade do valor para a Saúde.

Então eu passo para as respostas e considerações finais para o Secretário, para a equipe e para o Thulyo. Pode ser? Então o Secretário toca aí a ordem.

**O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO** – Muito obrigado, Presidente. Quero,

antecipadamente, agradecer as contribuições de todos, colocações muito importantes.

Eu vou tentar responder o máximo de questões possível, especialmente as mais genéricas de diretrizes, aí os colegas, o Fabiano, a Cláudia e o Henrique, caso tenham alguma complementação, algum aprofundamento, fiquem à vontade.

Então eu vou começar pelas colocações do Dr. Thulyo, representando o Tribunal de Contas, e a primeira pergunta que ele fez é sobre a organização do processo de consultas, que passou a ser coordenada pela Supom. Eu só queria reforçar aqui o compromisso deste Governo e da Prefeitura, como sempre e cada vez mais, da transparência e especialmente da participação popular.

Inclusive nós estamos com a ajuda da Fundação Tide Setúbal para que a gente faça valer a participação popular regional na elaboração de todas as peças de planejamento, como tem sido, como foi o Plano de Metas, está sendo o Plano de Metas, que ainda não acabou. Isso certamente será diretriz nossa, continuará sendo diretriz nossa.

O Dr. Thulyo também levanta a questão do aumento das metas e da destinação dos 6,3 bi da revisão. Esses 6,3 bi, Dr. Thulyo, vão ser utilizados realmente, em grande medida, no combate à pandemia e aos efeitos da pandemia, como tem sido. Nós estamos tendo um aumento, já falei isso em várias ocasiões, inclusive nesta Comissão também, que os efeitos da pandemia do ponto de vista das nossas despesas têm sido realmente impactantes - saúde, assistência social, transporte público -, e esse recurso certamente vai ser utilizado nisso.

Eu coloco, obviamente, a Secretaria inteiramente à disposição para nós destrincharmos esses números. Mas grosso modo é isso.

Com relação à operação de crédito, aproveito, inclusive, para fazer a mesma resposta para a Vereadora Janaína que também fez questionamento sobre a operação de crédito, especialmente a de precatórios.

Já explanei esse assunto em algumas oportunidades, mas quero fazer aqui, de novo, uma breve explicação não só do porquê, não só das vantagens que estamos enxergando

nessa possível operação de crédito. Ela só foi autorizada, não necessariamente vai ser feita, mas especialmente como vai funcionar para nós fazermos essa avaliação.

A primeira coisa é que temos uma dívida de precatórios da ordem de 19 bilhões. Considerando os recursos que já estão depositados no TJ, fica na ordem de 18 bilhões, já considerando os MOCs, ou seja, os precatórios que entraram neste ano de 2021.

Temos uma média de ingresso de precatórios da ordem de 2 bilhões anuais que são as novas ações que transitam em julgado, que viram precatório. Temos pagado mais de 2 bilhões, por ano, também para quitar.

Estamos propondo aqui uma substituição de dívida, uma vez que já temos essa dívida, ela já existe e vai obviamente aumentando de um lado, sendo paga de outro, há muitos anos.

Temos um prazo para pagar. Trata-se de um prazo constitucional que vai agora até 2029. Então temos mais alguns anos para quitar essa dívida.

Havia uma previsão na Emenda Constitucional 99, de que a União faria uma operação de crédito para financiar os entes federativos que não conseguissem pagar até 2024, que era o prazo anterior, a dívida de precatório.

Porém, a última Emenda Constitucional retirou essa obrigatoriedade da União, deixando os entes federativos à própria sorte. Cada um dos entes federativos terá de pagar o precatório até 2029, ou seja, com cinco anos a mais do que estava anteriormente previsto.

Fazendo as nossas contas, concluímos que não vamos conseguir pagar esse montante até 2029, se seguirmos a mesma velocidade como tem acontecido.

Por que a operação de crédito? Em primeiro lugar, a taxa de juros, hoje, está baixa. Essa taxa de juros é menor do que a taxa que nós pagamos para os precatórios, que são corrigidos por suas regras de correção e juros. Para cada tipo de precatório há uma correção e é maior, hoje, do que a taxa de juros de mercado. Aparentemente, nós conseguiríamos contratar uma operação pagando juros menores do que aqueles que corrigem os precatórios anualmente. Essa já é a primeira vantagem.



A segunda vantagem, é que nós podemos acelerar o pagamento dos acordos, que são pagamentos de precatórios antecipados. Nós temos a possibilidade de antecipar o pagamento. Por exemplo, o credor deveria receber o precatório dele que está na fila, mas vai demorar muito. Então ele pode vir aqui, dentro de um programa de acordo formal, que é utilizado feito por edital. O credor vem aqui, diz que aceita receber menos do que tem direito desde que receba agora – o desconto máximo que temos é de 40%. Ele se inscreve, nós dispomos de um montante todo ano para fazer esse pagamento limitado, obviamente. Ou seja, nós temos um ganho grande.

Nós queremos, na verdade, captar o ganho que o mercado utiliza, porque hoje há um mercado de precatórios e os precatóristas acabam vendendo seus precatórios por valores vis, muito baixos. As pessoas que têm liquidez para comprar os precatórios acabam oferecendo um deságio enorme.

Com o nosso deságio de 40%, que é o máximo que a lei autoriza, nós conseguiríamos acelerar os acordos, apropriar e lotar a Prefeitura de São Paulo, ou seja, para o interesse público, uma parte desse ganho que o mercado está lá agora aproveitando.

Com isso, nós teríamos dois ganhos: primeiro ter uma taxa de juros – aparentemente pelo que nós estamos estimando – menor do que a correção dos precatórios e, além de tudo, acelerar os acordos, pagar mais precatórios com desconto e ter mais economia para a Prefeitura, o saldo poderia ser reduzido mais rapidamente.

A primeira coisa é que não há aumento de endividamento. Nós só vamos trocar uma dívida, cujo prazo máximo é 2029, por uma dívida de prazo mais longo, com taxa de juros menor e com liquidez suficiente para nós pagarmos com desconto mais precatórios, ou seja, trazer esse ganho para a Prefeitura.

Obviamente, nós só faremos isso se algumas condições ocorrerem. A principal delas é que taxa de juros tem de ser efetivamente menor do que a taxa de juros que nós pagamos, senão não vale a pena fazer a operação.

A segunda coisa é que vamos fazer um chamamento. Há um procedimento que,

inclusive, é regulamentado por decreto da Prefeitura, que é o procedimento de contratação de operações de crédito. O mercado vem aqui e oferece a menor taxa de juros e a melhor condição para fazer essa operação. Nós, obviamente, escolhemos a que economicamente traz mais benefícios à Prefeitura.

Então a lei que foi aprovada na Câmara Municipal autorizou a Secretaria da Fazenda a fazer essa operação, num limite de 2,5 bilhões. Não sabemos quanto vamos utilizar, nem se vamos utilizar.

A partir dessa utilização, vamos começar o planejamento para fazer o chamamento que é muito próximo de um processo licitatório, para escolher a melhor taxa de juros e as melhores condições. Se elas realmente forem benéficas vamos fazer a operação, se elas não forem benéficas, não haverá operação de crédito.

Obviamente, tínhamos de colocar essa operação na LDO, ainda que ela não estivesse autorizada. Se ela não tivesse sido autorizada, teríamos de retificar isso, mas como foi autorizada ela está refletindo exatamente o que havia sido planejado.

Com relação à colocação do Ergon, da USP, eu queria também reforçar a nossa preocupação em articular todos os instrumentos de planejamento da Prefeitura.

A Secretaria da Fazenda tem trabalhado de forma absolutamente integrada com a equipe de projetos e entregas prioritárias, comandada pela Vivian Satiro. Então temos, enfim, trabalhado diária e incessantemente para que esses instrumentos estejam alinhados, que tenhamos um orçamento financeiro que atenda ao que foi planejado nas demais peças, como no Plano de Metas, no PPA, a Agenda 2030 também está obviamente considerada nisso.

Então só quero reforçar aqui o nosso compromisso, que é isso, obviamente, a nossa prioridade.

A Tayná e o Hector, anotei a demanda de vocês, obviamente, essa é uma decisão que não é da Fazenda. A Fazenda só viabiliza os recursos, enfim, planeja a locação desses recursos. Então vou conversar na Secretaria de Governo e com as Secretarias fins, que estariam com a competência, com atribuição desses pleitos de vocês, para que eles estudem

isso e, obviamente, a Fazenda na etapa final vai ter de demonstrar a viabilidade ou inviabilidade econômica disso. Vamos tentar fazer com que isso aconteça. Isso também vale para todas as outras questões de finalidade.

Respondendo a algumas questões da Vereadora Janaína Lima, inclusive, agradeço as palavras. A questão da operação de crédito, espero ter explicado. Obviamente, o detalhamento disso está à disposição, enfim, nós podemos explicar e detalhar melhor qual é o plano e com toda a transparência fazer com que a Câmara Municipal e o cidadão saibam o que está acontecendo nessa contratação de operação de crédito. Com relação à evolução da arrecadação, nobre Vereadora, nós tivemos aqui, de fato, uma previsão otimista por duas razões: primeiro que a cidade de São Paulo é uma cidade com uma economia pujante, dinâmica. Sua economia vem se modernizando, percebemos isso com a importância que as áreas de tecnologia vêm apresentando e crescendo em relação à economia geral, em relação à arrecadação.

Enfim, essa é a nossa previsão, é uma previsão que leva em conta, portanto, o crescimento do PIB, inclusive o crescimento do PIB de São Paulo, seja do Estado, seja da Cidade tem sido em média muito superior ao crescimento geral do Brasil, a média do crescimento do Brasil. Então temos fé. Acreditamos, realmente. Nossos estudos demonstram que nós teremos, aí, não só um crescimento da economia, como um aumento da arrecadação, especialmente dessas áreas estratégicas: da tecnologia, assessorias, áreas de intermediação. Isso está ficando bastante claro para nós aqui nos nossos relatórios.

Com relação ao aumento de despesas, obviamente, não vou ficar aqui entrando em detalhes, estamos à disposição. Mas esse aumento, boa parte, também, é com relação ao pagamento dos precatórios. O pagamento dos precatórios envolve despesas de pessoal, porque boa parte dos nossos precatórios são de origem alimentar de ações e servidores públicos que ingressaram ao longo das últimas décadas, por isso esse aumento, e tem outras questões também. Depois o Fabiano ou o Henrique, podem detalhar um pouco melhor, acho que aqui não seria o melhor local.

Com relação, ainda, a operações de créditos, ainda temos outras operações de créditos no nosso radar. Temos corredores de ônibus que pretendemos utilizar operações de crédito para fazer. Estamos em fase adiantada de negociações para financiar dois corredores de ônibus. Ainda temos o empréstimo do BID que ainda está em vigor e não utilizamos ainda todo o crédito.

Com relação ao *superavit*. A mudança do *superávit* de 2021, nobre Vereadora, foi necessário porque infelizmente a pandemia acabou persistindo como V.Exa. mesmo observou. Não se imaginava no planejamento, na época, que essa pandemia durasse tanto e que tivéssemos uma segunda onda tão forte, tão intensa. Então despesas que imaginávamos que não tivéssemos mais, continuam, inclusive, algumas aumentadas. Então por conta disso tivemos que propor essa mudança das metas.

Com relação ao Plano de Metas, respondendo ao Presidente Jair Tatto, entendemos, como estamos aqui em um ano muito especial do ponto de vista do planejamento, porque temos um plano de metas que está em fase de conclusão e ainda teremos o PPA, não teria muito sentido a gente vir aqui com dados muito específicos sobre metas, sobre o detalhamento de despesas, de investimentos porque, obviamente, seriam superados e ficariam defasados em relação a esses dois instrumentos, que do ponto de vista de planejamento, estão acima da LOA. Tentamos aqui ser mais genéricos, porque não faria sentido nenhum, especificar algo que vai ser, obviamente, especificado nesses outros instrumentos, especialmente na LOA. Obviamente, a locação do investimento, mesmo, é papel da Lei Orçamentária Anual. Aqui fazemos só indicações de rumo e de diretrizes.

Então, acho que é isso. Queria só perguntar aos meus colegas que, obviamente, conhecem muito mais desse assunto do que eu, se há alguma complementação, alguma informação importante que deva ser apresentada: Fabiano, Henrique, Claudia? Isso, obviamente, se o Sr. Presidente, permitir.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Thulyo, tem alguma consideração?

**O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES** - Guilherme, você fez bem as explicações, no meu entendimento ficou bem respondido. Se, ainda, aparecer alguma outra dúvida ou algum outro entendimento que seja necessário, continuamos à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Vereadora Janaína Lima, gostaria de fazer mais alguma pergunta?

**A SRA. JANAÍNA LIMA** - Gostaria de agradecer ao Sr. Secretário por toda explicação, pedir que explique um pouco, para nós, esse índice um pouco acima de 95%, que está batendo aqui 97%, entre despesa e receita corrente. De acordo com o artigo 167-A, da Constituição Federal, estabelece alguns limites. Gostaria de entender como que está sendo observado isso pela Secretaria da Fazenda. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tanto)** - Sr. Secretário, a Wellyene, na questão da Habitação, qual é a diretriz para 2022? Acho que ficou no ar, sem resposta.

**O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO** – Sr. Presidente, com relação à resposta da munícipe Wellyene, esse assunto Habitação está sendo bastante discutido e analisado, não só pela sociedade civil, mas também no âmbito do Executivo. No Plano de Metas e no PPA. Entendo eu, mais uma vez dentro da mesma linha do que falei com relação às políticas públicas, que foram aqui sugeridas pelos estudantes, obviamente não é papel da Fazenda estabelecer política pública, nós aqui estamos com a Secretaria meio tentando viabilizar o que é o projeto de Governo, o que a Câmara Municipal delineou e isso está sendo feito no Plano de Metas.

Então, eu acho que o fórum mais correto para isso é a participação no Plano de Metas que tem um capítulo muito forte e importante de habitação e a hora que começarmos a fazer o PPA é que vamos detalhar, de fato, quais serão os projetos que vão ser contemplados para os próximos quatro anos. Então, o que eu posso dizer para a Wellyene é que esse assunto é um assunto importante. O Plano de Metas tem metas realmente ambiciosas do ponto de vista de habitação, mas eu não consigo fazer esse detalhamento aqui. E acho que não estamos no instrumento para fazer esse detalhamento, que seria a LDO, o mais adequado

seria no Plano de Metas, especificamente no PPA. Como relação ao questionamento da Vereadora, vou pedir para o Henrique ou o próprio Fabiano para responder, por favor, porque eles estão com os dados mais atualizados.

**O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO** – Vereadora Janaína, de fato, a gente acompanhou os nossos planejamentos orçamentários com vistas ao atendimento da emenda recente, a emenda emergencial, a PEC emergencial que o pessoal chamava, e, ao observar os números, temos uma estimativa para 2022 que existe a possibilidade sim de o Município estar acima do limite de 95%. Qual a consequência disso? A consequência é que o Município pode tomar algumas ações, algumas medidas relacionadas à manutenção da sua despesa, à redução de despesas, e, se não o fizer, vai ser impedido de ter uma garantia da União com a operação de crédito. Na prática, esse é o efeito que acontece para o Município. Eu não lembro agora se tinha alguma coisa também de transferência voluntária, mas acho que não. A grande questão é que o Município previu na sua LDO essa operação de crédito de 2.5 milhões para precatórios, e isso de fato distorce bastante a questão, porque, no grosso dos nossos precatórios, em que pese ser uma dívida, ele é classificado como uma despesa corrente, em função da sua origem, principalmente ações, como o Guilherme já antecipou, ações de servidores. Então, ao termos uma receita de capital de operação de crédito custeando uma despesa corrente de pagamento de precatórios de servidores, principalmente, temos essa distorção na medida de receita corrente versus, na verdade, despesa corrente versus receita corrente. De fato, é algo que nos alertou inclusive foi objeto de um capítulo específico do nosso anexo da LDO para deixarmos transparentes para a sociedade que isso pode vir a acontecer. Entendemos também de outro lado que as demandas da sociedade muitas vezes são relacionadas as despesas correntes e não tanto a investimentos, principalmente, quando olhamos a curto prazo. São demandas na área de atendimento à saúde, acesso à educação, mesmo a assistência social, então essa tendência de ocupação do Orçamento com uma despesa corrente é uma tendência que, de fato, existe e que precisa ser observada de forma a evitar danos à política de financiamento do Município.

**O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO** – De qualquer forma só complementando esse dispositivo que foi aprovado, na última emenda, foi objeto, está sendo objeto de discussão judicial, por inconstitucionalidade uma vez que a competência para fixar esse tipo de meta é do Senado Federal. Então, precisamos ver qual vai ser o desfecho disso, ao que me parece, até houve já uma medida liminar de suspensão, mas depois precisamos ver isso com mais detalhe.

**O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA** – Se me permite, Presidente, esse dispositivo é importante que ele seja olhado também, ao longo do período, não apenas em 2022, mas o próprio Vereador Jair colocou a relação de 91% no ano de 2024 e isso mostra já o planejamento no sentido de conduzir as finanças para dentro desse limite constitucional em que pese o Guilherme ter alertado sobre a discussão judicial da emenda constitucional que trata do 167 “a” da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – É que vai havendo uma queda gradativa. Bom, o Delegado Palumbo se faz presente. Nós temos um calendário pela frente e eu não perguntei para o Thulyo se ele gostaria de fazer alguma consideração final, perguntei, e depois, como é que se diz? Desperguntei. Você quer falar Thulyo?

**O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES** – Não, Presidente. Nós traremos os apontamentos da auditoria completos na segunda audiência.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Então, quero obviamente, vou pedir ao relator para estabelecer um calendário da primeira para a segunda votação, que é o prazo das emendas parlamentares, esse é o roteiro, então, a partir da primeira, tem um prazo estabelecido que é a indicação das emendas parlamentares para as diretrizes do Orçamento. No dia 27, Secretário, estaremos juntos novamente, que é da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO** – Isso, no quadrimestre estaremos sim, Presidente, com muito prazer.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tomara que com o PPI esteja bem enxertado o caixa da Prefeitura. Eu diria que já está e que melhore muito, daí poderemos atender as

necessidades todas. Agradeço a presença do Secretário e de toda equipe Fabiano, Henrique e Thulyo, os que contribuíram, os Vereadores e Vereadoras. O Fabio Riva acho que deve ter ido para outro compromisso, é o Líder do Governo, seria bom ouvi-lo, mas enfim, a dinâmica é essa, virtualmente, tem sido assim, e temos tido dificuldade com as coisas. Então agradeço a presença de todos e todas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a audiência pública.